

O DISCURSO MORAL SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE PRESENTE NA REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS (1925-1930)

*Laerthe de Moraes Abreu Junior¹
Paula Cristina David Guimarães²*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o discurso moral sobre a educação da infância pobre no periódico mais representativo na história da educação do Estado de Minas Gerais, a *Revista do Ensino*. O recorte temporal desta investigação (1925-1930) se limita aos seis primeiros anos de publicação da revista que são, também, os seis anos finais da Primeira República no Brasil. Esse período se destaca na História da Educação mineira, pois foi marcado por duas reformas educacionais que aconteceram no Estado: a primeira realizada em 1925, sob o governo de Mello Vianna; e a segunda, a chamada Reforma Francisco Campos, que ocorreu em 1927, sob o governo de Antônio Carlos de Andrada. Na composição dessas duas reformas, várias ações foram implementadas para a ampliação da educação da infância pobre. A *Revista do Ensino* foi um dos principais veículos de difusão dessas ações. A metodologia empregada neste trabalho constou de leitura e classificação dos textos que compõem os 52 números do referido periódico no período delimitado. O discurso moral identificado na *Revista do Ensino* se apresenta de duas formas: o discurso moral religioso e o discurso moral leigo. O discurso moral religioso, especificamente o da Igreja Católica, esteve fundamentado no assistencialismo, na caridade e na formação do caráter da infância pobre. Já o discurso moral leigo se apresentava como uma ciência desvinculada de qualquer religião, baseada, principalmente, nos testes na nascente psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso moral. Educação. Infância pobre. *Revista do Ensino*.

¹ Professor doutor do Programa de Pós-Graduação Processos Sócioeducativos e Práticas Escolares da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: <laerthejr@yahoo.com.br>.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Processos Socioeducativos e Práticas Escolares da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: <paulacdg@yahoo.com.br>.

INTRODUÇÃO

Em 1920, a República, já na terceira década de sua implantação, definiu que a educação seria o meio mais eficaz para tornar o Brasil digno de participar do concerto das nações civilizadas. Vários discursos despontaram no País com vistas a tornar isso possível, principalmente aqueles voltados para a educação da massa. Entre esses discursos, podemos citar o médico, mormente o higienista, para o qual a saúde física e mental da população era alvo de constantes intervenções de saneamento. Já o discurso da psicologia procurava categorizar e classificar as pessoas a fim de homogeneizar a população. Esse discurso foi marcado principalmente pelos testes de inteligência aplicados em diversos sectores e instituições da sociedade, como quartéis, prisões e, principalmente, escolas. Por sua vez, o discurso legal, representado pelas leis e decretos, marcava sua posição pelo domínio que exercia, com suas deliberações, sobre determinadas classes (THOMPSON, 1987).

O discurso econômico, que via a população brasileira como corpo produtivo, como futura riqueza ou miséria da nação, procurava alertar os governantes para o deprimente quadro da saúde no País, apontando que, somente com o apoio da medicina e da formação moral, poderíamos suprir a necessidade de produzir um maior número de trabalhadores sadios e cidadãos de “bem” para o futuro. Ao mesmo tempo, esse também era um discurso político, uma vez que prover assistência médica significava evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes, que pudessem comprometer os planos de civilidade almejados pelos governantes do período.

Seduzidos pela possibilidade de intervenção na sociedade, os responsáveis por esses discursos – médicos, juristas, engenheiros, psicólogos, jornalistas, entre outros – encontraram na educação a resposta maior para os problemas do Brasil.³ Nesse sentido, tornaram-se candentes as discussões sobre a necessidade de educar e instruir o povo de modo a garantir a ordem social. A educação das “classes inferiores da sociedade” era considerada, nos discursos de dirigentes e intelectuais, como meio para fazer do Brasil um país moderno e elevá-lo ao nível das “nações cultas”. De fato, a educação era considerada um antídoto para os males que afligiam a nação (JINZENJI, 2002; FREITAS; BICCAS, 2009).

A criança em processo de educação passou a ser pensada como um formoso capital humano, que deveria ser cuidado, acompanhado e disciplinado para que frutificasse como um bom cidadão do futuro. O direcionamento dos planos civilizatórios para a infância justificava-se por considerar-se que o avançar da idade era inversamente proporcional à possibilidade de moldar seu corpo, seu espírito, sua moral (STEPHANOU; BASTOS, 2005). Porém, muitos eram os empecilhos que restringiam o pleno desenvolvimento da infância, dentre os quais se destacava a pobreza.

A infância pobre, considerada a mais carente em todos os aspectos da formação humana, tornou-se o foco dos diferentes discursos que propunham ações para o País. Entre eles, destacava-se o discurso moral, considerado, na década de 1920, como um dos o mais eficientes para modelar o caráter humano.

³ Segundo Vago (2009), há um razoável consenso entre os historiadores da educação brasileira de que o chamado entusiasmo pela educação, do início do século XX, contribuiu para pôr a educação escolar em pauta nas discussões, intelectuais e políticas, daquele momento.

Em Minas Gerais, o periódico educacional *Revista do Ensino* foi grande difusor do discurso moral voltado para a educação da infância pobre mineira. Em 1927, nas páginas do referido periódico, publicava-se que “[...] diversos eram os estorvos a vencer-se no Brasil: o analfabetismo (decadência intelectual), a moléstia (decadência física), a descrença e o pessimismo (decadência moral), e a pobreza (decadência econômica)” (MAGALHÃES, 1927).

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo identificar e analisar o discurso moral⁴ sobre a educação da infância pobre presente na *Revista do Ensino* de Minas Gerais, entre os anos de 1925 e 1930, percebendo o “desejo de verdade”⁵ e as “relações de poder”⁶ que o compõem ao longo desse período (FOUCAULT, 2008).

A REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS

A *Revista do Ensino* foi o periódico educacional mais representativo na História da Educação do Estado mineiro (BICCAS, 2008). Impresso oficial do governo do Estado de Minas Gerais, o periódico possuía um caráter essencialmente pedagógico, responsável por disseminar as ações governamentais desenvolvidas na instrução escolar e também por formar e informar os professores do Estado os novos preceitos pedagógicos vigentes na época. Foi também o

⁴ Neste trabalho, o discurso é entendido como algo que se distribui difusamente pelo tecido social, marcando o pensamento de cada época, de cada lugar.

⁵ Para Foucault (2008), o discurso não descobre verdades, senão as inventam.

⁶ Sobre o poder, Foucault (apud CASTRO, 2009, p. 325) propõe uma visão ascendente: “[...] o poder visto, em primeiro lugar, desde suas extremidades, desde baixo. Não como algo que se possui, mas como algo que se exerce”.

impresso educacional que circulou por mais tempo em Minas Gerais (1925 a 1971).⁷

O recorte temporal deste artigo se limita aos seis primeiros anos de sua publicação, que correspondem aos anos finais da Primeira República. Esse período também se destaca na História da Educação de Minas Gerais, devido as duas reformas educacionais que aconteceram no Estado: a primeira realizada em 1925, sob o governo de Mello Vianna; e a segunda, a chamada Reforma Francisco Campos, que ocorreu em 1927, sob o governo de Antônio Carlos de Andrada. Na composição dessas duas reformas, várias ações foram implementadas para a ampliação da educação da massa popular mineira. A *Revista do Ensino* foi o veículo principal de propagação dessas ações.

Direcionada prioritariamente aos professores, mas também a diretores e demais funcionários da rede pública de ensino de Minas Gerais, a revista divulgava discursos variados sobre a educação, como o discurso médico, o assistencialista, o legal, o da psicologia e da moral. Tais discursos eram veiculados em artigos, poemas, avisos, conferências, leis, publicação de discursos políticos, capítulos de livros nacionais, estrangeiros e adaptados, entre outros. Entre esses discursos, o que tratou de forma mais recorrente sobre a educação da infância pobre foi o discurso moral, principalmente o de caráter religioso.⁸

⁷ O regulamento da *Revista do Ensino* estabelecia que sua publicação fosse mensal. Porém ocorreram publicações bimestrais, trimestrais, condensação de dois ou mais números em um mesmo exemplar, e também períodos em que a revista não circulou. Segundo Biccás (2008), a periodização da *Revista do Ensino* esteve diretamente ligada às prioridades do governo mineiro, às disputas e a problemas enfrentados pelo Poder Público na implementação de suas ações.

⁸ Essa maior recorrência foi constatada em nossa pesquisa de mestrado, ainda em andamento, na qual realizamos um levantamento da quantidade de veiculações dos principais discursos sobre a educação da infância pobre na *Revista do Ensino*, entre os anos 1925 e 1930.

O mapeamento do discurso moral na *Revista do Ensino* se tornou possível após a leitura dos 52 números publicados entre os anos de 1925 e 1930 e a classificação dos textos que traziam, em seu interior, enunciados relacionados com a questão moral na educação da infância pobre,⁹ mesmo que esse texto trouxesse uma pluralidade de enunciados de outros discursos. Nesse sentido, Foucault (2008, p. 29-30) aponta que

[...] todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é própria a cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor ou mesmo de um livro, o material que temos que tratar em sua neutralidade primeira é uma população de acontecimentos no espaço do discurso geral.

Assim, por meio de “fragmentos”, muitas vezes desconexos, encontrados nos textos da *Revista do Ensino*, foi possível classificá-los como pertencentes, ou não, ao discurso moral acerca da educação da infância pobre. Tal classificação se tornou imprescindível durante a investigação, na medida em que propiciou uma maior proximidade com o material empírico da pesquisa.

Foram identificados 52 textos pertencentes ao discurso moral sobre a educação da infância pobre na revista, os quais se apresentam de duas formas: o discurso moral religioso e o discurso moral leigo. Essas duas categorias não estão explícitas nas páginas do referido periódico, mas, ao longo das leituras

⁹ Neste trabalho, a palavra texto é utilizada de forma ampla, pois ela se refere a todos os tipos de publicações escritas da *Revista do Ensino*, como: artigos, poemas, transcrição de conferências e discursos de políticos, bem como avisos, capítulos de livros nacionais, traduzidos ou adaptados, entre outros.

realizadas e das análises empreendidas, foi possível apreender essas duas vertentes do discurso moral e assim perceber as especificidades próprias de cada uma.

De forma geral, ou seja, desconsiderando essa diferenciação evidenciada acima e que veremos detalhadamente mais adiante, o discurso moral se apresenta com grande intensidade na *Revista do Ensino* e possui uma estreita relação com a infância pobre entre os anos de 1925 e 1930. Na Tabela 1, que ilustra a quantidade de veiculações do discurso moral sobre a infância pobre em relação à totalidade de veiculações do discurso moral no periódico, é possível perceber essa relação.

Tabela 1 - Número de veiculações do discurso moral e do discurso moral sobre a infância pobre na *Revista do Ensino* (1925-1930)

Ano de veiculação na RE	Número de veiculações do D. Moral	Numero de veiculações do D. Moral sobre a infância pobre	% do D. Moral sobre a infância pobre em relação ao total de veiculações do D. Moral
1925	28	11	39,28
1926	28	9	32,14
1927	27	6	22,22
1928	18	9	50
1929	32	10	31,25
1930	16	7	43,75
Total	149	52	33,55

Fonte: *Revista do Ensino*. Arquivo Público Mineiro.

Legenda: D = Discurso; RE = *Revista do Ensino*

A partir da Tabela 1, constata-se que a infância pobre foi um dos principais alvos do discurso moral na *Revista do Ensino*, no período em tela. Assim, a hipótese que guia este trabalho é que o discurso moral influenciou diretamente a formação de conceitos e a formulação de ações sobre a educação da infância pobre mineira, entre os anos de 1925 e 1930. Tal hipótese se

fundamenta no fato de que o impresso educacional oficial do Estado acatava e publicava os ideais do discurso moral sobre a educação da infância em Estado de pobreza nas escolas públicas mineiras.

O DISCURSO MORAL NA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Com a Proclamação da República (1889), a aliança entre Estado e Igreja Católica ficou abalada. A Constituição de 1891 determinava a autonomia política do Estado, conferindo-lhe um caráter laico na medida em que desvinculava suas ações dos interesses de qualquer religião.

Tal medida, porém, não inibiu a participação da Igreja Católica, principalmente no que diz respeito à educação pública. Nesse sentido, uma das maiores reivindicações da Igreja era a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas – fato esse que não teve solução imediata, tornando-se tema de polêmicas no cenário político e educacional de todo o País, sendo alvo de interesses e disputas políticas ao longo de todo o período republicano.

O que ocorreu, nesse sentido, foram atitudes isoladas em cada Estado brasileiro, ou seja, com maior ou menor intensidade, aderiu-se ou não às investidas por parte da Igreja Católica nas ações que deveriam caber, segundo a Constituição Republicana, única e exclusivamente ao governo de cada Estado (por exemplo, nas ações educativas).

No caso de Minas Gerais, a Igreja Católica obteve o apoio de grande parte dos governantes. Antônio Carlos de Andrada, presidente do Estado entre 1926 e 1930, e Francisco Campos, seu secretário do Interior, são exemplos de governantes mineiros que partilhavam dos ideais difundidos pela Igreja. Esta, alegando que o País era constituído por uma população

majoritariamente católica, concluía que seus governantes não poderiam privar os alunos de escolas públicas de uma formação religiosa – leia-se, católica. O principal argumento utilizado pela Igreja Católica para reintroduzir o ensino religioso nas escolas públicas era que o País vivia uma crise de princípios morais – tal crise supostamente resultaria do descaso dos governantes quanto à importância dos princípios da Religião Católica – e alertava que esse mal só poderia ser combatido com uma ampla formação moral e por uma regeneração social pela espiritualidade, que serviria como base do projeto civilizatório, então almejado pelas classes dirigentes.

Imbuído desses ideais moralizadores da Igreja Católica, Francisco Campos antecipou, na segunda metade da década de 1920, em Minas Gerais, o que aconteceria mais tarde em todo o País: o atendimento da reivindicação católica de retorno do ensino religioso às escolas públicas.

Em 1930, quando assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública no governo Vargas, Francisco Campos promulgou um decreto introduzindo o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo o País.

Em 1928, Antônio Carlos já havia autorizado a introdução do ensino religioso no horário escolar de todas as escolas dependentes do governo do Estado de Minas Gerais. Essa autorização foi convertida em lei em outubro de 1929 (HORTA, 1994).

Tratada como uma dimensão ética e moralizadora pelos governantes mineiros, a Religião Católica foi considerada como uma força moral na luta para “sanear o ambiente moral da pátria”. Em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, em maio de 1925, durante os debates sobre a reforma constitucional,

Francisco Campos (apud HORTA, 1994, p. 101-102), depois de referir-se à crise de autoridade que o País atravessava e salientar a urgência de uma restauração da autoridade sobre bases sólidas, comentou a declaração do presidente Bernardes a respeito da necessidade de tornar efetiva e obrigatória a educação moral das novas gerações:

Certamente a educação moral e cívica pode concorrer para a formação e esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarquia das doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligências, sem pontos de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e quadros da ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor, que só a religião, que está à raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar. O que precisamos, se precisamos de educação moral, como não se contesta, é de educação religiosa.

Para Francisco Campos, a moral leiga não existia, e tudo o que remetia à moral social, familiar e educacional no Brasil era estritamente católico. Para Campos, a doutrina católica não deveria ser vista apenas como uma doutrina religiosa, mas como doutrina do Estado, na medida em que poderia fundar e legitimar sua autoridade e ajudá-lo a recuperar, principalmente entre a população mais pobre, os valores perdidos. Nesse sentido, o discurso moral religioso esteve estreitamente ligado às condições de educação da infância pobre em Minas Gerais, a partir do momento em que o Estado legitimava sua atuação, inclusive nas páginas do periódico educacional *Revista do Ensino*.

O DISCURSO MORAL RELIGIOSO SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE NA *REVISTA DO ENSINO*

O discurso moral religioso no periódico se associava, quase totalmente, à Religião Católica, excetuando-se alguns artigos que a *Revista do Ensino* trazia sobre o ensino religioso em outros países, como Japão e Índia, em que a religião específica de cada um desses países tinha participação especial na educação da sua infância. Fora essas aproximações, a maior parte do discurso moral religioso que aparece nas páginas da *Revista do Ensino* era de origem católica.

O discurso moral religioso associava-se, com grande recorrência, ao assistencialismo e à caridade, pois, como visto, grande parte do discurso moral na *Revista do Ensino* tomava como alvo principal a questão da infância pobre e, conseqüentemente, suas precárias condições de educação. Em março de 1925, foi publicado no periódico um texto que chamava a atenção da população mineira para o deprimente quadro da infância pobre no Estado e sua precária situação de educação. Ao relatar o caso de uma aluna e suas dificuldades em frequentar a escola diante de sua extrema pobreza, apelava-se para a caridade do povo mineiro “[...] em nome da fé que os unia”:

Sahira muito cedinho aquella pequenita para o grupo escolar, onde as aulas começam as sete horas. Vindo de casa, na Barroca, distante dois kilometros, descalça, patinando a lama, surprehendeu-a, em caminho, uma chuva meúda e teimosa. Nem pensou em voltar, por ser das mais assíduas, e aquelle era o dia de concurso de arithmetica. Seriam quase onze horas, quando a sua professora a viu empalidecer, e resvalar pesadamente, desmaiada, da carteira para o chão. Logo carregada para o gabiente da directora, e deitada no sofá, dir-se-ia uma defuntinha, esperando o seu caixão. Reanimada pela

aspiração do ether, com o olhar meio turbado ainda, a menina explicou a causa do seu desmaio, com este santo commovente impudor, que, na inconsciencia da idade, teem as crianças pela sua nudez e pela sua miseria. Na pequena ‘cafua’ onde residem a mãe, viúva, e tres irmãosinhos, ainda menores do que ella, ha muito não se sabe o que sejam o assucar, o café, a banha, o arroz. Contou, sem vexames, que na vespera tinha ido ao Mercado, com uma pequena moeda de quinhentos reis, para comprar tres tostões de banha e dois de batatas. Vendeu-lhe algumas o negociante, e explicou á menina que não podia fazer somente trezentos reis de banha, pois mal dariam para encher uma colher de sopa, tal o seu preço. E a pequena indigente, tão habituada á dura miseria, disse ao homem: - Não faz mal, não senhor. A mamãe está preparando agora a nossa comida mesmo sem isso, e a gente mata a fome assim mesmo. – Antes de ir para o grupo, ao amanhecer nesse dia, tinha bebido somente uns goles d’agua quente, sem assucar. Porque não dize-lo? Causou-me a noticia deste caso uma tamanha pena, tanta piedade, que ficaria de mal com a minha consciência, si lhe não desse publicidade, ou me não afoitasse a externar o meu modo de pensar sobre os meios de darmos o bom combate a tanta miseria e penúria (PENNA, 1925, apud JINZENJI, 2002).

Apelando-se para a fé da sociedade mineira, muitas doações foram reivindicadas para a educação da infância pobre que frequentava as escolas públicas do Estado. Palavras de cunho religioso eram utilizadas nas publicações da revista para persuadir a população, em sua maior parte católica, a praticar a caridade com a educação dos menos favorecidos.

Souza (2004) destaca que a pobreza e a falta de uma política assistencial suscitaram uma verdadeira cruzada beneficente na sociedade. Instituições ligadas à Igreja, leigos, políticos, entre outros, propunham-se, isolada ou separadamente, a atender e

moralizar a infância pobre mineira. Dentro dos movimentos beneficentes, a atuação da mulher se destacou, pois, tendo maior disponibilidade de tempo, por causa da discriminação de seu trabalho fora de casa, estaria mais disponível para organizar ações de caridade.

A figura da mãe associada à da mulher santa, feita à imagem de Maria, também ocupou parte importante do discurso moral religioso para a educação da infância pobre na *Revista do Ensino*. Ela seria a mantenedora e transmissora da moralidade aos filhos, unificadora da família e disseminadora dos hábitos sagrados do lar. Para os governantes mineiros, seria possível, por intermédio das mães, apurar a formação moral da infância pobre tanto nas escolas quanto no interior das famílias mineiras, pois se acreditava que as mães teriam, pela imagem que carregavam, o poder de transitar no mundo social.

Na *Revista do Ensino*, a figura da mãe na escola mineira foi reivindicada por projetos que incentivavam a criação das “Associações das Mães de Família”. Essas associações deveriam

[...] cooperar estreitamente com as autoridades escolares para o fim de levantar na escola o nível moral e de saúde, promover a matrícula e a frequência escolar, concorrer para o desenvolvimento e o progresso das instituições escolares, particularmente as destinadas à assistência aos meninos pobres (A NOVA ESCOLA DE MINAS, 1928).

Era solicitado que as mães participantes dessas associações também administrassem os recursos das caixas escolares para a alimentação e a saúde dos alunos pobres:

A escola deve manter uma pequena cozinha para fornecer uma merenda mais nutritiva às crianças pobres [...]. A Associação das Mães de Família pode prestar um auxílio valiosíssimo. As senhoras dessa associação podem se

encarregar de administrar a cozinha, angariar donativos, si a caixa escolar não suportar as despesas, enfim procurar todos os meios possiveis de melhorar as condições de saúde das creanças (MONTEIRO, 1929).

A associação deveria ser composta por mulheres “modelos” da sociedade mineira, ou seja, mulheres casadas, seguidoras dos preceitos religiosos da Igreja Católica e dispostas a se “sacrificarem” pela educação dos filhos. O governo se valia da fé da mulher mineira para contar com seu apoio para a formação da infância pobre, como fica claro em uma conferência transcrita e publicada pela *Revista do Ensino* em abril de 1926:

A missão da Associação das Mães de Família creou em nosso Estado um novo caminho, abriu um horizonte novo, intermino, á divina caridade. E nem sei que haja no mundo inteiro outra instituição destinada a fazer tantos milagres de bondade, de solicitude [...]. A tarefa notabilíssima de proteger, de maneira tão inteligente e proficua os pobrezinhos que frequentam a escola primaria, sinto em meu coração um verdadeiro e enternecido orgulho. Cuidar da sua saude, destruir a sua miseria, encaminhal-os á aula; dar-lhes o livro e a ropupinha; transformar seu pobre organismo, combalido pela miseria do lar; mudar o que poderia ser um ocioso, um delinquete, em futuro homem do trabalho [...]. E tão comovente é tudo isto, tão santo é este movimento em favor dos pequeninos, famintos, semi-nús, curtindo todas as privações, dantes tão desamparados, que eu penso ver, num enternecedor symbolo um menino agasalhado por uma grande Santa, por Nossa Senhora, que o abriga debaixo do seu largo manto estrellado (PENNA, 1925, apud JINZENJI, 2002).

A “Associação das Mães de Família” esteve intimamente ligada aos projetos educacionais do período, uma vez que era considerada uma valiosa colaboradora nos processos de

escolarização da infância pobre mineira. Por isso, o governo mineiro incentivava sua criação por meio de revista, discursos e conferências públicas e dos “inspectores de ensino” que, além de fiscalizarem o ensino nas escolas mineiras, tinham também como tarefa incentivar a comunidade de cada escola a criar uma associação de mães de família.

Assim como essa associação, outras “instituições” foram incorporadas ao discurso moral religioso na *Revista do Ensino*, por exemplo, as “Caixas Escolares”, que reivindicavam, em nome da fé, doações para angariar fundos visando ao “[...] fornecimento de roupas, material didactico e merenda da para os alunos pobres”. O “Escoteirismo”, considerado o símbolo do patriotismo e grande aliado da escola na formação do carácter e da saúde das crianças “moralmente fracas”, tinha, além dos símbolos pátrios, também símbolos religiosos em sua composição. Por fim, foram efetivadas as “Ligas de Bondade”, instituições formadas por grupos de alunos nas escolas mineiras com vistas à prática de “atos de fé e bondade para com o próximo”:

Num grupo escola de Belo Horizonte fundou-se, entre alunos, uma ‘Liga da Bondade’, cujo fim é desenvolver entre os pequeninos ‘o horror à violência e à mentira, a beleza da misericórdia, e ao mesmo tempo tôdas as virtudes que formam o carácter, tendo por lema – piedade, justiça – para qualquer criatura viva, inofensiva, humana ou animal’. Diz o estatuto, mais simplesmente o consegue, impondo aos pequenos associados ao menos um acto diário de efectiva e diligente bondade (PEIXOTO, 1923, p. 30).

Também eram publicadas histórias, contos e fábulas de “fundo moral religioso” nas páginas do periódico. Haja vista *Os tamanquinhos de Narciso*, um conto de Natal que narra a história de um menino pobre que era maltratado por sua madrasta e que, tendo um ato de caridade ao doar seu único par

de tamancos a uma criança ainda mais pobre, em frente a uma igreja, foi agraciado com um “milagre” e ganhou, na manhã de Natal, vários presentes.

Segundo os editores da *Revista do Ensino*, essas histórias teriam ampla serventia no trabalho das professoras com as crianças em sala de aula, podendo ser utilizadas tanto para a formação moral dos alunos quanto no ensino dos conteúdos escolares:

[...] cumpre recommendar ás professoras que aproveitem cuidadosamente as historias e fabulas que aqui se publicarem, as quaes poderão ser lidas aos pequenos alumnos e explicadas não só quanto ao fundo moral, como também em relação á linguagem, em seus variados aspectos, e quaesquer minúcias que offereçam elementos instructivos (*REVISTA DO ENSINO*, 1927).

O DISCURSO MORAL LEIGO E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE NA *REVISTA DO ENSINO*

Pela *Revista do Ensino*, percebe-se que um dos obstáculos enfrentados pelos defensores da moral religiosa era a moral leiga, considerada por eles como uma moral sem Deus e, portanto, inútil. Em texto publicado em outubro de 1925, é possível perceber o embate:

Terá valor a pedagogia de individualismo sem Deus? Que methodo, que doutrina, que systema melhor trabalha pelo aperfeiçoamento individual do que a doutrina catholica? [...]. Enquanto a Egreja Catholica estreita os laços da família e da nacionalidade, põe freio ao orgulho e condemna a vaidade de julgar o homem valer muito por si, sem uma força superior que o guie, a moral leiga da pedagogia moderna não será um factor de desagregação? [...]. A espuma de pretensão do estudo sem Deus é espuma porque sciencia estribada em hypoteses esbarra cada passo

com o desconhecido [...]. Formaram-se homens sem Deus nem lei, cresceram as competições e o orgulho, fervilharam os odios, e a Guerra explodiu. Só a Igreja pôde fazer voltar o equilíbrio á sociedade. Só a Igreja pôde fazer voltar ao mundo a paz [...]. Deveriam ser condenados á prisão todos os paes que mandassem seus filhos para escola onde não se ensina religião [...]. Sciencia e moral não se pôdem apartar, meus Senhores, não pôde caminhar a primeira sem a segunda e não ha moral sem Deus [...]. Para bem formar o character do nosso povo, para alcançar a disciplina particular e collectiva, para reavivar o sentimento de honestidade, para conseguir a moralidade no trajar das nossas meninas é preciso que o lar e a escola sejam presididos pelo Divino Crucificado (MARTINS, 1925).

O discurso moral leigo no periódico se apresentava como completamente dissociado de qualquer religião e atrelado, conforme bem observou Amélia Martins, ao avanço das ciências na educação. Essa ligação se estreitava principalmente quando o discurso moral se relacionava com o discurso da psicologia, considerada a “nova sciencia da pedagogia moderna” e que, de acordo com os novos preceitos do movimento da Escola Nova em Minas Gerais, muito teria a contribuir com a educação.

Margotto (2002) ressalta que a psicologia científica, que ensaiava seus primeiros passos nesse período e se apoiava no evolucionismo, foi adotada como um referencial explicativo, possivelmente por fornecer um conjunto de explanações que permitiam a elaboração de preceitos desvinculados da moral religiosa, dotando-a de um fundamento afeito aos padrões de cientificistas pretendidos.

Ao apoiar-se em uma base científica para explicar o comportamento humano, a psicologia ajudou a consolidar o

ponto de vista de que se transmitia não apenas a herança de características físicas, mas também atributos de ordem intelectual e moral. Tais ensinamentos adquiriram primazia a partir de meados da década de 1920, por meio tanto dos textos médico-higienistas quanto dos estudiosos de psicologia. No entanto, apesar do consenso de que havia uma influência genética, sobrava um espaço para a ação educativa, sobre o qual a escola atuaria. Contudo, essa atuação poderia ser completamente desprendida de princípios religiosos (MARGOTTO, 2002).

Em defesa do ensino moral leigo, foi publicado na *Revista do Ensino* um texto, sem autoria, em outubro de 1928:

O ensino moral leigo se distingue, pois, do ensino religioso, sem contradizel-o. O professor não se substitue ao padre ou ao pae de família; junta apenas seus esforços aos delles, para fazer de cada jovem um homem de bem. Deve insistir sobre os deveres que unem os homens e não sobre os dogmas que os separam.

Para os propagadores do discurso moral leigo na revista, a moral era considerada uma ciência: “[...] a moral é a sciencia que ensina a praticar o bem e ensinar a evitar o mal”. Da mesma forma que pretendia medir a inteligência, a psicologia também desejava mensurar o “sendo moral” de cada aluno:

Tem sido muitas vezes reprovados o methodo dos tests por só se referir ás funções intellectuaes, e não se preocupar com as qualidades moraes que são consideradas mais importantes: pois para que serve a mais viva intelligencia, si não se aplica a acções boas [...]. Si não possuímos ainda bons tests de moralidade e de character, não é que sua importância nos tenha escapado, mas por serem extremamente difficeis de elaborar. Faltanos espaço para entrar aqui no estuda d’esta questão (Os

tests applicados ao julgamento das qualidades Moraes (REVISTA DO ENSINO, 1926).

O espaço reivindicado pela psicologia para o estudo da moral, principalmente por meio dos testes, era ocupado quase completamente pela moral religiosa. Para a psicologia, a educação moral deveria tentar domar, ao máximo, os possíveis instintos negativos da infância, que apareciam com mais recorrência entre os pobres. Era na infância que a psicologia teria melhores resultados, pois o cérebro infantil era tido como mais plástico, mais suscetível de sofrer modificações do que o do adulto (MARGOTTO, 2002).

O cinema, o canto e os jogos são exemplos de propagação da moral leiga nas páginas da *Revista do Ensino*. Por meio do cinema educativo, esperava-se transmitir conteúdo moral para as crianças e, assim, alcançar resultados mais rápidos na sua formação. Já o canto, “tendo um repertório adequado”, ajudaria a escola na formação do caráter da criança, além de contribuir também na saúde de sua respiração. Quanto os jogos, mormente os praticados durante as aulas de Educação Física, teriam o poder de apoiar a formação da superioridade moral no relacionamento entre as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado neste texto, o discurso moral sobre a educação da infância pobre esteve presente de forma recorrente nas páginas da *Revista do Ensino*, conseqüentemente, em todo o Estado mineiro, no período focalizado. Grande parte do discurso moral identificado se relacionava com a educação da infância pobre, pois esteve intimamente ligada ao desejo de moralidade da massa da população mineira com vistas a instituir uma sociedade civilizada.

Constatou-se que o discurso moral veiculado pelo periódico se apresentava de duas formas: ora como um discurso moral religioso, ora como um discurso moral leigo. O primeiro estava ligado especificamente à religião católica, devido às alianças firmadas entre Estado Mineiro e Igreja; já o segundo se atrelava às novas abordagens pedagógicas baseadas na psicologia.

A partir da crença na imoralidade das famílias pobres na formação das novas gerações, tanto o discurso moral religioso quanto o discurso moral leigo que o governo veiculou, pela revista, propuseram formas de ação para a formação moral da infância pobre nas escolas mineiras, por meio de iniciativas diversas, como as “Associações das Mães de Família”, o “Escotismo”, as “Caixas Escolares” e “Ligas de Bondade”, o cinema educativo, os jogos e o canto. Em todas essas instituições, chamadas “auxiliares da escola”, o interesse era que a infância, sobretudo a pobre, adquirisse ou fortalecesse seu comportamento moral na sociedade.

Contudo, o discurso moral para a educação da infância pobre identificado na revista, entre os anos de 1925 e 1930, não é um discurso isolado, mas híbrido. Esse hibridismo se apresenta não somente entre as variáveis existentes dentro do discurso moral, como o religioso e o leigo, mas também em sua relação com outros enunciados pertencentes a outros discursos, por exemplo, os discursos médico, jurídico e da psicologia.

A relação entre o discurso moral e o discurso médico se ocupou prioritariamente da necessidade da formação do corpo e da mente da infância pobre. Nesse sentido, a questão da sua saúde esteve muitas vezes associada à formação moral, o que pode ser percebido nas propostas dos jogos e do escoteirismo, vistos como veículos de formação de crianças física e

moralmente saudáveis. O discurso moral sobre a educação da infância pobre também esteve associado a aspectos jurídicos, por meio das leis de obrigatoriedade do ensino e de aumento da fiscalização da frequência dos alunos nas escolas públicas mineiras. Já o discurso da psicologia se associava ao moral, considerando testes realizados em alunos com comportamento tidos como anormais.

O discurso moral sobre a educação da infância pobre na *Revista do Ensino* esteve pautado em relações de poder, na medida em que havia disputas de diferentes campos de saber, como a psicologia e a Igreja, sobre as condições de formação moral da infância pobre. Porém, as propostas para a educação dessa infância, em Minas Gerais, iam além do discurso moral; pautavam-se também em outros discursos, de variadas matizes, que objetivavam regenerar e, ao mesmo tempo, evitar a degeneração da infância pobre e, assim, garantir o sucesso dos projetos de formação das gerações vindouras.

THE MORAL DISCOURSE ON THE EDUCATION OF POOR CHILDREN IN THE *REVISTA DO ENSINO* IN MINAS GERAIS (1925-1930)

ABSTRACT

This paper aims to investigate the moral discourse on the education of poor children during the most representative phase in the history of education in Minas Gerais, the *Revista do Ensino*. The period of this research (1925-1930) is limited to the first six years of the publication of the magazine which is also the final six years of the First Republic in Brazil. This period stands out in history of education in Minas, because it was marked by two educational reforms that took place in the state: the first reform was in 1925, under the government of Mello Vianna; and the second one, the Francisco Campos reform, in 1927, under the government of Antônio Carlos de Andrada. In the composition of these two reforms, several actions were

implemented to expand the education of poor children, and the *Revista do Ensino* was one of the major vehicle responsible for the dissemination of these actions. The methodology used in this work consisted of reading and the classification of texts that compounds the 52 numbers of the specified period. The moral discourse identified in the *Revista do Ensino* is presented in two forms: the religious moral discourse and the profane moral discourse. The religious moral discourse, specifically the Catholic one, was reasoned on the welfarism, charity and on the character formation of poor children. And the profane moral discourse was presented as a science unconnected with any religion, based mainly on tests in the nascent psychology.

KEYWORDS: Moral discourse. Education. Poor childhood. *Revista do Ensino*.

FONTES

- 1 REVISTA DO ENSINO, Minas Gerais, Órgão oficial da Diretoria e Inspetoria-Geral da Instrução de Minas Gerais, 1925 a 1930.
- 2 PEIXOTO, Afrânio. **Ensinar a ensinar**: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1923.

REFERÊNCIAS

- 1 BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- 2 CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- 3 FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- 4 FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil** (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009.
- 5 HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil** (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- 6 JINZENJI, Mônica Yumi. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em Minas Gerais** (1825-1846). 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- 7 MARGOTTO, Lilian Rose. Crianças e educação moral evolução e psicologia na imprensa pedagógica paulista. In GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 165-189.
- 8 SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade: estratégias sociais e filantropia em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.
- 9 STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Infância, higiene e educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 28., 2005. **Anais...** Caxambu/MG: ANPED, 2005.
- 10 THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- 11 VAGO, Tarcísio Mauro et al. (Org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- 12 VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.